

Memórias de Dyonelio Machado: o passado interpela o futuro

Márcia Helena S. Barbosa - UPF

Memórias de um pobre homem,¹ livro de caráter autobiográfico, como indica o próprio título, foi escrito na década de 1970 por Dyonelio Machado e publicado em 1990, cinco anos após a morte do autor, que se destacou não apenas como escritor, mas também como médico psiquiatra e político. Condenado ao ostracismo durante um longo período, em grande parte em virtude de sua participação política, Dyonelio Machado, somente em meados da década de 1970 - portanto cerca de meio século depois de haver publicado seu primeiro livro de ficção – veria efetivar-se o processo de sua legitimação como escritor. As experiências vivenciadas pelo autor explicam a configuração que dá a seu relato de memórias, dividido em nove capítulos, sendo o capítulo inaugural dedicado, preferencialmente, às lembranças de seus primeiros tempos de vida literária, e os demais voltados à descrição de diferentes momentos, que vão desde a sua estréia na ficção, em 1927, até a sua participação na vida política do País, incluindo-se aí as prisões, a sua eleição para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, e a cassação de seu mandato parlamentar no mesmo ano.

Chama atenção o modo como Dyonelio Machado concebe o tempo e, conseqüentemente, os eventos históricos em *Memórias de um pobre homem*. Uma leitura apressada, atenta a passagens isoladas do texto em detrimento do conjunto, pode sugerir que vigora no relato uma concepção “cumulativa” e “finalista”, que adota o modelo do tempo como serialidade ou sucessão. De acordo com essa concepção, que liga a idéia de seqüência à irreversibilidade do tempo histórico, circulam, por entre os elos da corrente cronológica, forças causais, determinantes, que conduzem a uma justificação plena e final da História, levando a um estado necessário e superior da Humanidade, capaz de instaurar o reino da felicidade almejado através dos milênios. Trata-se de uma lógica progressiva e

evolutiva na interpretação da História, que vê, no transcurso do tempo, uma cadeia dotada de sentido, uma seqüência marcada pela noções de plenitude e de *telos*.

Em diversos fragmentos, Dyonelio Machado refere-se à existência de leis sociais semelhantes às leis da física; alude à marcha inexorável da sociedade e à fatalidade de certos eventos, o fim do imperialismo e o surgimento do socialismo, aparentando uma espécie de crença no tempo vetorial e no caráter finalista da História. Afirma o autor: “A reação – o imperialismo – sabe que está morta. Procura prolongar o próprio fim, com meios que mais o apressam. – É uma contingência obrigatória. E ‘fatal’, dentro das leis que regem o desenvolvimento das sociedades” (p. 75). Mais adiante, ao falar do “Ideal” a que serve, comenta:

O nosso século vive sacudido por tantas teorias, que fica difícil a um pobre sujeito atinar com a única exata. [...] Mas, para alcançar a Verdade, nada mais carece ao pobre diabo do que lançar-se à corrente da História. Ela o levará no bom caminho, até a meta certa.

A tremenda condensação do capital, gerando como fruto último o imperialismo, estava-se processando com aquela fatalidade matemática que a iria conduzir a um ponto de ebulição [...] em que a única saída que as leis da física e da sociologia condicionavam era a transformação. [...] Noutros termos: o Socialismo. (p.132)

Da concepção de que o Socialismo é “a verdade em política” (p. 101), decorre a idéia de que os socialistas ou comunistas são heróis, enquanto os “homens da reação” encarnam o papel de vilões. A idealização dos socialistas está nos atributos utilizados para defini-los – “serenos, modestos e fortes. Tudo isso porque são seguros” (p. 90) – e, também na comparação com seus adversários. Nas palavras do escritor, o “inimigo” confere algo àqueles que encarcera: “um atestado duma personalidade maior do que a do carcereiro”. Assim, afirma o autor: “defendendo o bem universal – que outra coisa não é senão o Socialismo – eu me situava bem mais alto do que aqueles esbirros, comandados pelo esbirro-mór na pessoa do presidente da república” (p. 76-79). O Presidente da República ao qual se refere, Getúlio Vargas, e aqueles que sustentam seu governo não são os únicos situados pelo escritor no pólo oposto ao dos socialistas, com o intuito de reiterar a superioridade destes. Preso na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937,

período marcado pelo advento de regimes totalitários em diversos países, Dyonelio Machado também alerta acerca da inferioridade de ditadores como Mussolini e Hitler. Sobre este último, afirma que “acabou destruído, por obra – e obra material – da sua própria fúria”, advertindo que “fúria é sinônimo de inferioridade” e que “esse ‘todo-poderoso’ nada mais era do que um miserável, frustrado ao máximo”, a vingar-se dos “aparentemente fracos” (p. 91).

Ao lado de tais observações, que parecem denunciar o caráter dogmático do escritor e sua crença no “porvir”, é possível identificar, porém, no texto das *Memórias*, algumas reflexões que apontam, justamente, no sentido oposto. Em inúmeras ocasiões, Dyonelio Machado registra a sua percepção de que o tempo não transcorre linearmente, nem evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro; pelo contrário: por vezes, o autor tem a impressão de que o tempo é circular ou anda para trás, pois os fatos se repetem e as condições sociais de uma época permanecem inalteradas por um longo período ou, então, retrocedem a um estágio anterior ou ainda mais primário. O registro de tais sensações por parte do escritor estabelece um contraponto à concepção finalista da História, presente em outras passagens de seu próprio depoimento.

Ao comentar o movimento que a sociedade executa durante a “marcha da História”, Dyonelio Machado afirma que “um tropeço determina um alto temporário, às vezes um desvio, em certas ocasiões, que nem é bom lembrar, um retrocesso” (p. 132). Em outros trechos de seu relato, vai ainda mais longe, identificando semelhanças entre períodos cronológicos distintos e destacando a permanência de traços da Idade Média em fases subseqüentes da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Quando caracteriza a região fronteira do estado, onde nasceu, ele constata que a “atmosfera” que sorveu “ao vir ao mundo”, em 1895, pouco antes do final da Revolução Federalista era a de uma “tremenda luta”. A guerra estava presente nas campanhas políticas, nos brinquedos infantis e nas diversões “mais valorizadas” da terra – as cavalhadas -, que “ressumavam sangue e fogo” (p. 50). Tanto nessa época como no decorrer do século XX, detecta “lances duma Idade Média que não passou”. Em sua opinião, o sinal mais evidente da manutenção dessa

atmosfera medieval e do “infantilismo” ou falta de amadurecimento da “Província” é a conservação do caudilhismo. Esse fenômeno o leva a concluir que o homem – leia-se, o gaúcho – vive “num estado semifeudal, onde a regra é a polarização de toda a vida política na pessoa dum só indivíduo – o barão, o senhor. O resto ele convoca e mobiliza a seu talento, e sem o dever de consulta: é a sua gente, a sua mesnada” (p. 48-49).

Em outra passagem, o autor demonstra que os “lances” que denunciam a sobrevivência da Idade Média não estão restritos ao Rio Grande do Sul. Ao falar do período que antecede a Revolução de 30 e dos protestos dos estados “tidos como pequenos” contra o direito, consuetudinário, de alternância dos grandes estados – Minas Gerais e São Paulo – no governo federal, ele argumenta:

Grandes estados, pequenos estados, nada mais é do que um eufemismo. O vocábulo preciso é grandes feudos, pequenos feudos. Nem os pequenos (e muito menos os grandes) se achavam vinculados a um poder superior. Essa alçada última conquistava-se pela aliança entre os grandes feudos. E o poderio que daí resultava revestia-se do caráter dum reinado absolutista. Compreende-se que os feudos meramente “auxiliares” praticavam na sua esfera o mesmo regime de poder arbitrário e discricionário, o que [...] vinha a constituir uma forma ideal de vassalagem. (p. 83)

Na década de 1930, o escritor também reconhece a existência de um regime arbitrário e discricionário no País, cuja vigência se estenderia até a década em que escreve suas *Memórias*. Quando comenta sobre o ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, em julho de 1935, e destaca o aparato policial preparado para reagir diante do menor sinal de “sedição” dos membros da organização, Dyonelio Machado define a ditadura como “essa forma de governo que já hoje parece ser um produto natural e obrigatório da política brasileira” (p. 101-102). Assim, entender a história pregressa não se constitui num desafio, porque o passado, efetivamente, não passou: “Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor”. A menção à pena de morte é um modo de aludir, metaforicamente, ao afastamento dos indivíduos e à dissolução de instituições cujos atos desagradassem o governo central e, ao mesmo tempo, uma

referência direta à “tecedura de violências” em que se transformara a “crônica política” brasileira. O assassinato de Waldemar Ripoll na cidade fronteira de Rivera, no Rio Grande do Sul, em 1934, e o fuzilamento do major Rubens Vaz na Rua Toneleros, Rio de Janeiro, em 1954, são crimes políticos que levam a uma constatação: as autoridades que ordenavam tais mortes “iam buscar no acervo da história” justamente aquilo que a maculava de forma indelével, a “degola” (p. 105-106), palavra que pode ser tomada no seu sentido literal no caso da primeira vítima.

Para Dyonelio Machado, outro indício de que a sociedade não evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro é a inversão que detecta na vida política do País. Enquanto os carrascos, que praticam os crimes políticos, são “bandidos privados” erigidos, por força da arbitrariedade, em “bandidos públicos”, pois agem “com delegação de uma autoridade”, os parlamentares comunistas, a quem os eleitores, teoricamente, haviam delegado o poder de representá-los, quando têm seu mandato cassado, em 1947, não são reconhecidos pelo povo como seus representantes, convertendo-se, portanto, em vítimas privadas: “A massa parece não ter tido sensibilidade política para ver que, nas nossas humildes pessoas, ela, realmente, é que estava sendo ferida (p. 121).

A crença do autor na evolução da sociedade também parece ser profundamente abalada com a instauração do fascismo em diferentes países. Esse fenômeno, no seu entendimento, mostra que a atmosfera medieval, a “barbárie”, extrapola os limites do território nacional, dominando o cenário mundial:

Fascismo, na Itália, Nazismo, na Alemanha, Falangismo, na Espanha, Corporativismo (ou que outra alcunha tenha), em Portugal, Integralismo no Brasil, constituíram outros tantos avatares dum ódio de classe que o mundo ainda não conhecia, porque era novo na sua apresentação: era um ódio técnico. Esse aspecto, emprestando formas “modernas” à barbárie, não iludia ninguém [...] (p. 75)

Coincidência ou não, ao mesmo tempo que insere em suas *Memórias* reflexões acerca de um passado redivivo - que corroem as certezas, expressas por ele próprio, quanto ao advento do socialismo e questionam a inexorabilidade da “marcha da História” -, Dyonelio Machado desconstrói o processo de idealização a que submetera os socialistas de

um modo geral e, em particular, os integrantes do Partido Comunista do Brasil. Estes são caracterizados como imaturos e equivocados, no que se refere à deflagração, em 1935, da insurreição que ficou conhecida como Intentona Comunista: “Das ‘explicações’ que a minha crítica suscitou ficou-me uma impressão de coisa deliberada de afogadilho, sem plano [...]. Punha-se uma esperança infantil, verdadeiramente mágica, em sucessos puramente aleatórios” (p. 79-80). Alguns dirigentes da agremiação, por sua vez, chegam a ser tachados de oportunistas pelo autor.

Coincidência ou não, à medida que experimenta frustrações no que diz respeito à concretização de seus ideais políticos, Dyonelio Machado divide suas atenções entre os macroprocessos sociais e o cotidiano. Em parte, isso talvez se deva ao fato de que o autor, conforme ele próprio declara, não sabe “distinguir entre as coisas grandes e as pequenas”, achando-as “todas dignas de atenção, registro e estudo. De resto, os leitores dos meus livros de ficção [...] viram o apreço que me merece o cotidiano. Circunstância que não exclui o interesse pelos fatos de ordem geral – o que também se pode ver facilmente na minha modesta obra” (p. 91). Além disso, é preciso levar em conta que “não seria dialético excluir ou o importante ou o cotidiano e trivial”, uma vez que, no entendimento do escritor, os fatores de natureza particular estão, indissoluvelmente, ligados aos fenômenos de âmbito social; toda “manifestação na atividade individual tem a sua réplica, quando não a sua contrapartida no modo de funcionamento da coletividade” (p. 92). É necessário considerar, ainda, que as próprias experiências vivenciadas por Dyonelio Machado propiciaram-lhe a convivência com a “arraia-miúda”, dos galpões, na época de sua infância e adolescência. Nos galpões, o autor conheceu de perto os “homens que lutam com denodo e que se embriagam com seus feitos” e pôde “aquilatar do grau de politização primária que sai desses recantos, nas coxilhas – habituais nos sucessos políticos do Pampa” (p.49). Não fosse essa convivência, talvez o escritor não detectasse tão facilmente a existência de um tempo reversível.

Ao relatar passagens relativas ao exercício de seu mandato parlamentar e refletir sobre o seu posterior desligamento do Partido Comunista do Brasil, Dyonelio Machado

percebe que, até mesmo, os eventos políticos - portanto, públicos -, quando narrados anos após a sua ocorrência, assumem um caráter pessoal, chegando, mesmo, a impedir o reconhecimento do tempo histórico como uma estrutura serial dentro de um processo teleológico:

Um trabalho político que era esse o seu caráter na ocasião – agora, na sua evocação tardia, assume um aspecto pessoal, negativo no seu individualismo. Não se sente o esforço coletivo – que é o característico da História. Não se vê a marcha incessante dos fatos, que constitui a circulação nas rotas dos acontecimentos. [...] Quando muito, flagrantes da Biografia. (p. 121)

Seria lícito pensar que a impossibilidade de captar a “marcha da história” por meio das lembranças e da narração autobiográfica é condicionada pela própria natureza desse tipo de relato. Porém, o próprio autor mesmo impede tal conclusão, na medida em que, citando Anatole France, alerta para as semelhanças existentes entre os relatos memorialístico e histórico:

O maior defeito dum livro de memórias é também a sua qualidade máxima: o ser pessoal. E isso o distingue dum livro de história. Será que o distingue mesmo? Quem não conhece o paradoxo de Anatole France, sustentando que a história não é uma ciência, é uma arte, e só se sai bem de empreitada tão realística por via da imaginação? A imaginação (e o arbítrio, o que é mais), estão a cada passo acompanhando o narrador de memórias. (p. 56)

Ao que parece, Dyonelio Machado abdica de captar a “marcha incessante dos fatos”; em vez disso, evidencia a convivência de tempos distintos em um único período histórico, indicando momentos de ressurreição do passado toda vez que detecta a refacção do pensamento e do estilo antigos. Essa sensação de simultaneidade talvez sugira para o autor a ineficácia da cronologia quando se trata de compreender “a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos”.² E talvez por isso, ele adote, em suas *Memórias*, o mesmo procedimento empregado pelo narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O narrador dessa obra ficcional de Machado de Assis “nenhum respeito confere à cronologia”, como lembra Dyonelio Machado, que explica o fato desta forma: “É que não se jungir a essa medida tão falha, que é o Tempo, é reconhecer a vida uma de suas melhores qualidades [...]: a espontaneidade” (p. 43).

¹ MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro, 1990.

² BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.